

EDITAL PARA A ESCOLHA E INSCRIÇÃO DISCENTE EM *FIELD PROJECTS* DA GRADUAÇÃO

O CURSO DE GRADUAÇÃO DA FGV DIREITO RIO comunica ao corpo discente a abertura do processo de escolha e inscrição em *Field Project*, nos termos a seguir:

1. Das inscrições

1.1 – A inscrição será feita *on-line* por meio do link [field project](#), de 22 a 28 de julho de 2022.

1.2 – Cada discente deverá indicar 3 opções de inscrição por ordem de preferência, dentre as constantes no ANEXO I deste edital.

1.3 – A composição do *field project* respeitará as quantidades mínima e máxima informadas no anexo deste edital.

1.3.1 – Não serão aceitas inscrições facultativas em mais de um *field project*.

1.4 – O CR acumulado e a classificação no vestibular servirão como critérios de desempate, no caso de o número de inscrições ultrapassar a quantidade máxima indicada para a composição do *field project*.

1.5 – Em caso de empate de CR, a vaga será atribuída à(ao) discente com matrícula mais antiga.

1.6 – Se o empate se mantiver, prevalecerá a ordem de inscrição.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 2021.



Thiago Bottino
Coordenador de Graduação

ANEXO I – QUADRO DA OFERTA DE *FIELD PROJECT* (FP)

Nº	AUTORIA	FIELD PROJECT	PÚBLICO ALVO	PERÍODO	COMPOSIÇÃO	
					MIN	MÁX
1	ANA BEATRIZ BUENO DE JESUS	TRABALHO EM PLATAFORMAS DIGITAIS DE ENTREGA E MEIO AMBIENTE DE TRABALHO Problema: quais riscos ocupacionais os entregadores de plataformas digitais enfrentam diariamente? Objetivo: analisar criticamente os riscos ocupacionais que os trabalhadores de plataformas digitais de entrega estão expostos e propor soluções. Produto: (1) cartilha informativa sobre os benefícios por incapacidade do INSS e formas de contribuição; (2) cartilha com sugestões para a redução de riscos ocupacionais direcionada às plataformas digitais de entrega.	Trabalhadores de plataformas digitais de entrega e plataformas de entrega	Aberto para todo o corpo discente	4	8
2	CLARISSA PIRES DE ALMEIDA NABACK	DIREITO E ESPAÇO: O USO DE DADOS GEORREFERENCIADOS EM PROCESSOS JUDICIAIS Problema: qual é a qualidade jurídica dos dados georreferenciados utilizados em peças judiciais? Objetivo: o objetivo desse projeto é traçar uma construir ferramentas de análise jurídico-teórico sobre o uso de dados empíricos e visuais georreferenciados no âmbito jurisdicional, criando suportes analíticos para os profissionais do direito. Além disso, busca-se aperfeiçoar a capacidade dos alunos em construir uma visão interdisciplinar sobre três âmbitos diferentes: empírico, teórico e normativo. Produto: a realização de um documento final a ser divulgado no site Direito e Espaço e nas redes sociais.	Comunidade jurídica, alunos de direito, pesquisadores e operadores do direito (advogados, promotores, defensores etc.).	Aberto para todo o corpo discente	4	8
3	FABIANE VERÇOSA	BLOG ARBITRAGEM II Problema: suprir a lacuna para a evolução da arbitragem de forma dinâmica como método alternativo para disputas comerciais e societárias. Objetivo: atuar em um blog sobre matérias contemporâneas de arbitragem, além da interação dos alunos com o mundo acadêmico e prático da comunidade jurídica brasileira. Produto: blog de arbitragem e a produção de blog posts por alunos, ex-alunos e docentes.	Comunidade jurídica da arbitragem	Aberto para todo o corpo discente	4	8
4	FELIPE ALBUQUERQU E E PAULA ALMEIDA	A IMPLEMENTAÇÃO DAS NORMAS DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE NO BRASIL: UM ESTUDO EMPÍRICO EM TEMPOS DE COVID-19 Problema: como, e em que extensão, a normativa da OMS é incorporada ao Direito Brasileiro? Objetivo: identificar formas e estratégias de incorporação da normativa da OMS ao direito brasileiro, notadamente na esfera federal (Executivo, Legislativo e Judiciário). Produto: produção do Relatório Brasileiro sobre a Implementação da Normativa da OMS no contexto de projeto de pesquisa financiado pelo Social Sciences and Humanities Sciences Research Council of Canada e coordenado pela cátedra Health Law da Faculdade de Direito da Universidade de Montreal.	Reguladores públicos, aplicadores de normas na área da Saúde e comunidade acadêmica	Aberto para todo o corpo discente	4	8
5	GABRIELA CARUSO E CAROLINA COIMBRA	O DIREITO COMO PERFORMANCE: TEATRO DO OPRIMIDO E NOVAS TÉCNICAS DO DIREITO Problema: o Direito não se realiza somente na escrita de sentenças, acórdãos, despachos e peças, mas é também constantemente performado e a performance dos atores do direito tem fundamental importância em seus resultados. A voz e o corpo são também instrumentos e ferramentas do Direito. Sendo assim, o método do Teatro do Oprimido do teatrólogo brasileiro Augusto Boal, será usado para discutir os problemas enfrentados pela sociedade, pautando-se principalmente pelas possibilidades de transformação social por meio do conhecimento jurídico.	Estudantes de direito	Aberto para todo o corpo discente	4	8

		<p>Objetivo: usar técnicas do Teatro do Oprimido na conscientização social para a transformação da realidade, empoderando os sujeitos/atores sociais na defesa dos seus direitos e incentivando a sua participação cívica.</p> <p>Produto: encenação de um julgamento reescrito pelas alunas e alunos, utilizando da metodologia do Teatro do Oprimido, em especial a técnica de Teatro-Fórum, para se chegar a uma nova resolução.</p>				
6	<p>GISELA MATION E ANTONIA AZAMBUJA</p>	<p>EMENTÁRIO DE JURISPRUDÊNCIA: INTERSEÇÕES ENTRE ARBITRAGEM E INSOLVÊNCIA /Problema: como o Poder Judiciário vem abordando as questões que envolvem interseções entre a arbitragem e a insolvência?</p> <p>Objetivo: entender como o Judiciário vem interpretando as discussões que envolvem o uso da arbitragem por empresas insolventes (arbitrabilidade subjetiva e objetiva, competência para análise de questões afetas à reestruturação da empresa, etc.).</p> <p>Produto: ementário de jurisprudência e um relatório que apresenta os resultados da pesquisa.</p>	<p>Comunidade acadêmica atuante nas áreas de arbitragem e insolvência</p>	<p>Aberto para todo o corpo discente</p>	4	8
7	<p>GUILHERME FREIRE BAPTISTA ALEIXO</p>	<p>DESAFIO DO MARCO LEGAL DAS STARTUPS: AS NECESSIDADES DO SETOR FORAM EFETIVAMENTE SUPRIDAS?</p> <p>Problema: o marco legal das startups, de fato, ataca os problemas jurídicos dos quais sofriam as startups brasileiras ou a inovação legislativa se demonstrará ineficaz na promoção dos objetivos desejados? Em suma, o marco das startups será capaz de oferecer um ambiente jurídico adequado às especificidades mercadológicas das startups?</p> <p>Objetivo: identificar as principais mudanças em relação ao cenário jurídico anterior e, por meio de entrevistas com empreendedores de startups, avaliar se a inovação legislativa corresponde às necessidades do setor.</p> <p>Produto: parecer jurídico versando sobre o marco legal das startups, no qual se apontarão (i) os problemas do setor que foram efetivamente tratados na lei, (ii) os problemas que tiveram um tratamento deficiente pela lei e, se possível, (iii) apontar possíveis soluções e alterações.</p>	<p>Comunidade acadêmica, operadores do direito e empreendedores</p>	<p>Aberto para todo o corpo discente</p>	4	8
8	<p>GUSTAVO KLOH</p>	<p>NEGOCIANDO NO MERCADO IMOBILIÁRIO EM TEMPOS DE COVID-19</p> <p>Problema: Como celebrar acordos imobiliários seguros, em um momento de total incerteza.</p> <p>Objetivo: Capacitar o aluno da auditoria imobiliária e na prática de contratos translativos imobiliários.</p> <p>Produto: Minuta de contratos.</p>	<p>Imobiliárias e construtoras</p>	<p>Aberto para todo o corpo discente</p>	4	8
9	<p>INA ODARA CHOLODOSKI MONTEIRO</p>	<p>ACESSO A JUSTIÇA, DISCURSO DE ÓDIO E VIOLÊNCIA CONTRA GRUPOS MINORITÁRIOS NO BRASIL PANDÊMICO</p> <p>Problema: o acesso à justiça é a garantia de que qualquer pessoa pode ter seu conflito analisado pelo Poder Judiciário. Contudo, os mecanismos sociais operam de maneira com que tanto o acesso como as formas de processamento do poder judiciário não sejam igualitárias, de forma com que diversos grupos não sejam beneficiados pelo sistema quando procuram o mesmo, em especial para grupos tidos como socialmente oprimidos, que são vítimas de discursos de ódio, tal qual racismo e LGBTfobia.</p> <p>Objetivo: desenvolver formas de comunicação com um público amplo sobre o acesso à justiça no Brasil e casos recorrentes de mazelas contra grupos minoritários, visando uma comparação do crescimento destes casos nos últimos anos, em especial na pandemia de Covid – 19.</p> <p>Produto: em parceria com o Programa Diversidade (FGV-RJ), o produto final consistirá no desenvolvimento de textos e conteúdo visual para posts para mídias sociais (Instagram) que servirão</p>	<p>Estudantes De Direito</p>	<p>Aberto para todo o corpo discente</p>	4	8

		como ferramentas de divulgação científica sobre a temática do acesso à justiça no Brasil por grupos minoritários.				
10	JANAÍNA VIEIRA DE CASTRO	<p>COMPLIANCE TRABALHISTA</p> <p>Problema: cumprir leis e regulamentos passou a ser uma premissa intransponível. Para atrair confiança no mercado, investimentos robustos e clientes relevantes não basta estar em conformidade. As organizações devem demonstrar com transparência o cumprimento das leis e regulamentos internos e externos. A interface do Direito do Trabalho com os temas de ESG (da sigla em inglês environment ou meio ambiente; social e governance ou governança); ética; integridade e compliance é parte dessa problemática e alguns desses problemas serão discutidos e analisados nesse FP.</p> <p>Objetivo: construir repertório teórico e prático para a utilização correta e efetiva de algumas das principais ferramentas do compliance; identificar, avaliar e evitar passivos trabalhistas; preparar o(a) aluno(a) para aplicar as competências adquiridas no FP para formular soluções a serem implementadas em casos específico de dispensa por justa causa e ainda capacitá-lo(la) para identificar e apresentar soluções propositivas para problemas éticos dentro das instituições.</p> <p>Produto: a solução do problema escolhido pelos (as) participantes será transformada em produto. O material produzido será compilado e transformado em manual /cartilha ou projeto de lei. O formato a ser adotado será aquele que melhor se ajustar ao processo e problema escolhidos.</p>	Empresas e escritórios de advocacia	Aberto para todo o corpo discente	4	8
11	JOÃO GABRIEL CALIL DE CARVALHO COURI	<p>UMA DIMENSÃO DO “DIREITO EM AÇÃO”: AS AUDIÊNCIAS JUDICIAIS NA PRÁTICA</p> <p>Problema: O estudo sobre o direito ainda é muito focado no “direito que consta nos livros”, em detrimento de práticas e atividades que familiarize o o corpo discente com o direito em “ação”.</p> <p>Objetivo: O objetivo é associar a inserção num estágio inicial da vida acadêmica da(o) discente no mundo do direito com a realização de um projeto de campo sobre a vida cotidiana nos tribunais, mais especificamente um estudo sobre o momento da audiência e do funcionamento da Justiça na prática. Com isso, a intenção é apresentar o campo jurídico o mais cedo possível ao bacharel em formação de uma forma que haja diálogo entre a dimensão prática e a dimensão crítica.</p> <p>Produto: Relatório institucional a ser divulgado tanto internamente da FGV-Rio quanto para as varas e tribunais, onde os estudos foram analisados.</p>	Profissionais acadêmicos do campo jurídico e das ciências sociais; público em geral	Aberto para todo o corpo discente	4	8
12	JOÃO GABRIEL CALIL DE CARVALHO COURI	<p>PROJETO “POR FALAR EM CIDADANIA”: COMO EFETIVAR DIREITOS?</p> <p>Problema: o cidadão médio não tem as informações necessárias para exercer a cidadania de modo pleno.</p> <p>Objetivo: produzir um meio acessível de conhecimento que ainda hoje são reservados a uma parcela muito restrita da sociedade, aqueles com acesso a canais formais de educação. Proporcionar à (ao) estudante no início da graduação informações básicas sobre o funcionamento do Estado, da Justiça e das instituições.</p> <p>Produto: um manual a ser amplamente divulgado em as mídias sociais contendo informações relevantes sobre direitos, onde e como efetivá-los.</p>	Público leigo em direito.	Aberto para todo o corpo discente	4	8
13	JOÃO MANOEL DE LIMA JUNIOR	<p>DIREITO EMPRESARIAL NO STJ – APORTES DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO PROJETO DE NOVO CÓDIGO COMERCIAL</p> <p>Problema: a distância entre o conteúdo do projeto de Novo Código Comercial Brasileiro e a jurisprudência do STJ em matéria de direito societário. O Field Project se aproveitará do banco de dados constituído durante o desenvolvimento do projeto de pesquisa Direito Empresarial no Superior</p>	Câmara dos deputados e o senado federal, mais especificamente com a comissão temporária para reforma do código	Aberto para todo o corpo discente	4	8

		<p>Tribunal de Justiça (https://diretorio.fgv.br/projetos/o-direito-empresarial-no-superior-tribunal-de-justica-0) composto por 4376 decisões proferidas pelo STJ em matéria de direito societário entre os anos de 2008 e 2019.</p> <p>Objetivo: (i) fomentar o diálogo e a interação entre a jurisprudência do STJ em matéria de direito societário e as discussões legislativas sobre a reforma do direito empresarial brasileiro; (ii) contribuir para a necessária harmonização entre duas esferas do sistema jurídico-empresarial aparentemente dissonantes, a as discussões legislativas sobre o projeto de Novo Código Comercial e a experiência concreta das instituições do poder judiciário, com foco específico no STJ – instância responsável pela uniformização da jurisprudência sobre a legislação federal brasileira – e nas discussões jurídicas em matéria de direito societário; (iii) contribuir tanto para o aprimoramento da segurança jurídica e da qualidade da produção legislativa sobre direito societário, quanto para a melhoria do ambiente de negócios brasileiro.</p> <p>Produto: um documento público contendo propostas de alterações ao projeto de novo Código Comercial atualmente em tramitação a partir das decisões paradigmáticas ou tendências jurisprudenciais do STJ em matéria de direito societário identificadas pela equipe do Field Project.</p>	comercial brasileiro e com o gabinete da senadora Soraya Thronicke			
14	JOSÉ LUIZ NUNES E LIGIA FABRIS	<p>DADOS JURÍDICOS: MULHERES NA POLÍTICA</p> <p>Problema: fazer um retrato das últimas eleições com objetivo de identificar as condições e resultados dos grupos minorizados no processo eleitoral, considerando a legislação aplicável e suas alterações, em especial alterações trazidas com a introdução da obrigatoriedade de financiamento para mulheres e pessoas negras por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), na ADIn 5.617, e do TSE, em consulta feita por parlamentares, sobre a distribuição de recursos do fundo eleitoral dentro de partidos políticos, em 2018 e 2020. Abordagem do problema será a partir da análise de dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).</p> <p>Objetivo: avaliar o cumprimento de normas destinadas a garantir a diversidade na política a partir da análise de dados.</p> <p>Produto: relatório com uma exposição clara da situação nas últimas eleições e conformidade com as normas legislativas atuais e sugestões de novas medidas.</p>	Sociedade civil e Programa Diversidade	Aberto para todo o corpo discente	4	8
15	JULIA IUNES MONTEIRO	<p>CROWDLAW: COMO EFETIVAR A PARTICIPAÇÃO DIGITAL DOS CIDADÃOS PARA APRIMORAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS?</p> <p>Problema: como efetivar a participação digital cidadã na elaboração de políticas públicas e quais os efeitos das práticas de crowdlaw já implementadas no Brasil?</p> <p>Objetivo: identificar características e efeitos dos casos brasileiros de crowdlaw, com base na metodologia desenvolvida pelo Centro de Pesquisa GovLab (Universidade de Nova York), no intuito de divulgar o conceito de crowdlaw e trazer recomendações para o aprimoramento da participação digital cidadã nas políticas públicas.</p> <p>Produto: e-book de casos + Vídeos explicativos + Webinar organizado pelas alunas e alunos com a participação de especialistas.</p>	Academia + profissionais do setor público que atuam no desenvolvimento de políticas públicas (ex. Laboratórios de inovação, administradores públicos, representantes políticos) + organizações da sociedade civil	Aberto para todo o corpo discente	4	8
16	JULIANA DANTAS MACHADO	<p>DIREITO E GÊNERO</p> <p>Problema: o princípio da igualdade é um dos pilares do Estado Democrático de Direito e a promoção do bem de todos, sem qualquer forma de discriminação, é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. No entanto, o Brasil apresenta um dos maiores índices de</p>	Sociedade Civil	Aberto para todo o	4	8

		<p>desigualdade de gênero do mundo, ocupando a 93ª posição no ranking de igualdade de gênero divulgado pelo Fórum Econômico Mundial.</p> <p>Objetivo: sensibilizar os alunos(as) e ouvintes sobre os temas envolvendo direito e gênero e estimular a reflexão e o debate sobre a desigualdade de gênero.</p> <p>Produto: podcast apresentado pelos alunos(as) com episódios contendo entrevistas com convidados(as) externos sobre temas envolvendo direito e gênero.</p>		corpo discente		
17	JULIANA DANTAS MACHADO	<p>REFLEXÕES SOBRE O TRIBUNAL DO JÚRI II</p> <p>Problema: embora a instituição do Júri pressuponha a participação direta do povo na administração da Justiça, constituindo um instrumento de extrema importância democrática, algumas pessoas sequer têm conhecimento da sua existência e/ou conhecem o seu funcionamento, tampouco têm ciência de que podem vir a compor um Conselho de Sentença e dimensão da importância dessa função. Considerando a relevância dos bens jurídicos que estão em questão no Tribunal do Júri, é fundamental que os cidadãos conheçam a instituição, entendam o seu funcionamento e compreendam a importância da função exercida pelos jurados.</p> <p>Objetivo: conscientizar a sociedade civil acerca do funcionamento da instituição do Júri e da relevância da função dos jurados e gerar reflexões e debates sobre o tema.</p> <p>Produto: podcast apresentado pelos alunos com episódios contendo entrevistas com convidados externos sobre temas envolvendo o Tribunal do Júri.</p>	Sociedade Civil	Aberto para todo o corpo discente	4	8
18	KARINA RICCIO	<p>INTERAÇÃO ENTRE ARBITRAGEM E PODER JUDICIÁRIO</p> <p>Problema: mapeamento das ações anulatórias de sentenças arbitrais no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a fim de conhecer seus objetos e decisões para, dessa forma, analisar se o art. 32 da Lei nº 9.307/96 vem sendo devidamente cumprido e aplicado.</p> <p>Objetivo: objetivo do FP será identificar e resolver os fundamentos que dão causa às ações anulatórias de sentenças arbitrais, tratando tanto de causas recorrentes de pedidos de anulação, quanto de decisões judiciais que extrapolem os limites do art. 32 da Lei de Arbitragem.</p> <p>Produto: pretende-se a elaboração de um relatório de resultados, a ser apresentado à comunidade arbitral e aos membros do TJSP.</p>	Magistrados, Advogados e Árbitros	Aberto para todo o corpo discente	4	8
19	LIGIA FABRIS E SILVANA BATTINI	<p>REESCRITA FEMINISTA DE DECISÕES JUDICIAIS</p> <p>Problema: seleção e análise de decisões judiciais, propõe-se reescrevê-las a partir de uma perspectiva que leve em conta e explicita suas dimensões de gênero. Serão analisados casos de várias áreas do direito para abordar temas tradicionalmente identificados com a questão feminista, como violência doméstica ou aborto e, também, campos considerados “neutros” quanto a gênero (como direitos da personalidade ou julgamentos do TSE sobre campanhas e candidaturas políticas). Propomos não somente desconstruir argumentos jurídicos discriminatórios presentes nas decisões reais, mas explorar o potencial da dogmática jurídica para reconstrução de seus vários campos, de modo que o direito contribua para a igualdade de gênero.</p> <p>Objetivo: promover debate reflexivo acerca do papel do Direito na mitigação dessas desigualdades de forma abstrata e concreta, através do estudo de produções política e jurídica de mulheres. O field se insere dentro de um projeto de pesquisa conjunto com a FGV Direito SP e no âmbito do convênio do Programa Diversidade com a PRE/RJ.</p>	Estudantes de direito	Aberto para todo o corpo discente	4	8

		Produto: elaboração de um artigo que debaterá o papel do constitucionalismo feminista para a possibilidade da inclusão de uma perspectiva de gênero em decisões judiciais, bem como a produção de documentos para o observatório da Mulher na Política da Câmara dos Deputados.				
20	LIGIA THOMAZ VIEIRA LEITE	DIREITO E LITERATURA Problema: trabalhando com alunas e alunos dos primeiros períodos, nas duas edições do Field Project de Escrita Acadêmica e Profissional, foi possível notar uma dificuldade por parte destes em transpor os conhecimentos adquiridos em sala de aula para sua realidade fática. Por mais que conscientes dos conceitos debatidos ao longo do curso, os estudantes apresentam dificuldades em relacioná-los com a sua experiência factual ou, mais ainda, com a de outros grupos sociais. A literatura, porém, se apresenta como uma ferramenta que possibilita a quem com ela tem contato novos olhares sobre uma mesma situação, podendo o ato de narrar construir caminhos de empatia e identificação com grupos diversos. Assim, os textos ficcionais a serem lidos em sala terão o papel de auxiliar na articulação entre os conteúdos trabalhados nas demais matérias e as situações apresentadas em cada um dos escritos. Para além disto, o contato com a literatura no Field visa estimular no jurista em formação o pensamento crítico e contribuir para a melhora na qualidade de sua escrita. Objetivo: aproximar as alunas e alunos da reflexão teórica sobre o Direito a partir da leitura de textos literários clássicos e contemporâneos, visando quebrar com as ideias de dogmatismo e dureza na reflexão sobre o Direito, aproximando os conceitos teóricos das vivências representadas nas leituras. Produto: artigos de opinião que serão publicados em plataforma digital, que serão convertidos para o formatos de cartilha em pdf a ser divulgada para estudantes de Direito dos primeiros períodos da FGV e de outras instituições de ensino.	Estudantes de Direito dos primeiros períodos da graduação	Aberto para todo o corpo discente	4	8
21	NATÁLIA DE CARVALHO RIBEIRO	EMENTÁRIO DE SENTENÇAS ARBITRAIS - 2ª EDIÇÃO Problema: a arbitragem, método comumente utilizado para a solução de controvérsias, consiste em procedimento confidencial, que visa preservar a identidade das partes e dos árbitros que neles atuam. Tal característica dificulta a criação de uma cultura de “jurisprudência” na arbitragem, acabando por gerar uma insegurança jurídica das partes com relação às decisões que vem sendo tomadas pelos mais diversos tribunais arbitrais nos mais diversos procedimentos. Objetivo: seguir com o projeto do ementário, em que foram analisadas 10 sentenças, no intuito de dar continuidade e avaliar, com novo grupo, mais sentenças já proferidas pelo Centro. Produto: 2ª edição do ementário com novas sentenças, a ser publicado no site do CBMA e circulado para o CBAr (Comitê Brasileiro de Arbitragem)	comunidade arbitral em geral	Aberto para todo o corpo discente	4	8
22	PEDRO D'ANGELO DA COSTA	A DEFESA DAS PRERROGATIVAS NO EXERCÍCIO DA ADVOCACIA Problema: o advogado/a é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, é o que afirma o artigo 133 da Constituição de 1988. Isso significa dizer que existe uma série de direitos e garantias com o especial objetivo de proteger o exercício dessa atividade, são as chamadas prerrogativas da advocacia. Sendo sua proteção tão importante que, em 2019, a lei 13.869/19 tornou crime a violação de prerrogativas dos advogados/as. O órgão da OAB que trabalha na defesa das prerrogativas é a CDAP – Comissão de Defesa, Assistência e Prerrogativas, portanto, conhecer a CDAP e seu funcionamento, suas ações e medidas tomadas na defesa das prerrogativas da advocacia é fundamental para o exercício da advocacia. Objetivo: o objetivo do projeto é identificar os principais obstáculos ao exercício da advocacia, no que se refere ao respeito às prerrogativas dos advogados; mapear, através de análise quantitativa e	Comissão de Defesa, Assistência e Prerrogativas da OAB/RJ	Aberto para todo o corpo discente	4	8

		qualitativa, as principais violações às prerrogativas dos advogados/as e os principais desafios para o exercício da profissão, em especial para os jovens advogados. Produto: já existem muitas cartilhas sobre o tema, motivo pelo qual o grupo irá desenvolver um relatório com potenciais soluções a serem apresentadas à CDAP – OAB/RJ, incluindo mudanças legislativas e ações a serem tomadas pela comissão. O produto final será apresentando à CDAP.				
23	RAPHAEL DIAS ALMEIDA	DIREITO E URBANISMO Problema: análise crítica das normas reguladoras da dinâmica urbana carioca, principalmente acerca da revisão decenal do Plano Diretor em 2021. Objetivo: conscientizar a comunidade jurídica sobre a importância do direito para a persecução de fins urbanísticos e promover o estudo do Urbanismo dentro da seara legal. Produto: relatório coletivo e artigo jurídico individual sobre a eficácia legal das normas urbanas municipais e com prognoses para o desenvolvimento futuro da cidade.	Secretaria municipal de planejamento urbano (smpu), câmara dos vereadores do rio de janeiro, sociedade civil.	Aberto para todo o corpo discente	4	8
24	RENATA FERREIRA SPÍNDOLA DE MIRANDA	PRISÕES PREVENTIVAS E PANDEMIA Problema: quais são os fundamentos ordinariamente presentes nas decisões judiciais que denegam a ordem aos Habeas Corpus impetrados no âmbito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro durante a Pandemia de Covid-19? Objetivo: promover a análise crítica, interdisciplinar e prática sobre os fundamentos ordinariamente presentes nas decisões judiciais que denegam a ordem aos Habeas Corpus impetrados no âmbito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro durante a Pandemia de Covid-19. Produto: a partir da análise do problema proposto, será elaborada uma página na rede social Instagram, destinada à comunidade externa, contendo informações sobre as prisões cautelares, os remédios jurídicos impugnativos, os documentos necessários para instrução dos pedidos de liberdade provisória e a indicação de instituições que atuam na defesa dos direitos dos presos e no combate à tortura.	Membro da Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro	Aberto para todo o corpo discente	4	8
25	TAIANA DE CASTRO SOBRINHO	MULHERES EM PANDEMIA: INTERSECÇÕES DOS IMPACTOS NAS VIDAS FEMININAS Problema: o que acontece quando interseccionalizamos esses dados com marcadores de raça e classe? Como tem se dado a atuação do legislativo no âmbito municipal e estadual na proteção dos direitos das mulheres durante a atual crise sanitária? Que políticas públicas voltadas para a população feminina foram implementadas durante este contexto? Quais foram elaboradas com a participação de mulheres? Objetivo: (i) centralizar sua investigação em torno dos principais impactos da pandemia de covid-19 na vida das mulheres brasileiras, a partir da compilação de dados elaborados por plataformas digitais sobre gênero e, sobretudo, de órgãos vinculados à pesquisa, tais como IBGE e IPEA; (ii) levantar as principais iniciativas de políticas públicas, no âmbito municipal e estadual, que foram criadas e implementadas neste contexto de crise sanitária, para contemplar possibilidades de enfrentamento à situação de desigualdade a qual as mulheres estão submetidas; (iii) ampliar a visão dos futuros operadores do direito acerca dos direitos das mulheres, seus avanços e retrocessos, bem como deslocar o olhar da abstração da igualdade formal para um olhar interseccional. Produto: (i) a produção de um artigo sobre o tema, com aspirações de publicação em algum periódico sobre direito e gênero, bem como (ii) a elaboração de um mapeamento digital sobre as principais políticas públicas de enfrentamento aos efeitos da pandemia na vida das mulheres. A criação de uma ferramenta digital permitirá a difusão do acúmulo de conhecimento alcançado com o projeto e ainda	Discentes Que Tenham Interesse Em Uma Visão Interseccional Do Direito, Que Se Propõe A Romper Com Abstrações Jurídicas Que Legitimam Diferentes Esferas Das Desigualdades Sociais, Sobretudo Às Relacionadas As Condições De Vida Das Mulheres	Aberto para todo o corpo discente	4	8

		a continuidade da cultura de se pensar o direito numa perspectiva interseccional, bem como da cultura de monitoramento de políticas públicas.				
26	WALLACE CORBO	CONSTRUINDO INSTITUIÇÕES ANTIRRACISTAS NO SISTEMA DE JUSTIÇA Problema: mecanismos de manutenção e aprofundamento do racismo institucional nas instituições do sistema de justiça. Objetivo: compreensão profunda sobre a formação e funcionamento das instituições e seus efeitos práticos sobre questões de justiça racial. Produto: relatório identificando causas do racismo institucional nas instituições públicas do sistema de justiça e propostas de superação desses entraves e divulgação das informações em linguagem simplificada e objetiva nas redes sociais.	Poder judiciário, Ministério Público e Defensorias Públicas	Aberto para todo o corpo discente	4	8
27	ANDRÉ MENDES	RESTRIÇÃO AO BANHO DE SOL NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS DO RIO DE JANEIRO Problema: em que medida o direito ao banho de sol é garantido no âmbito dos estabelecimentos penais no Rio de Janeiro? (O devido recorte será indicado pelo Núcleo do Sistema Penitenciário (Nuspen) da Defensoria Pública do Rio de Janeiro). Objetivo: impactar no debate público político-criminal referente a restrição ao banho de sol nos estabelecimentos penais do Rio de Janeiro por meio de intervenção de conhecimento junto à instituição responsável pelo atendimento dos presos do regime fechado e semiaberto no Rio de Janeiro. Produto: minuta de policy paper sobre restrição ao banho de sol nos estabelecimentos penais do Rio de Janeiro a ser entregue ao Núcleo do Sistema Penitenciário (Nuspen) da Defensoria Pública do Rio de Janeiro.	Núcleo do sistema penitenciário (nuspen) da defensoria pública do rio de janeiro	Aberto para discentes do 2º ou 4º período	4	8
28	BIANCA XAVIER	LABORATÓRIO DE TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA Problema: redução dos litígios tributários no Brasil. Objetivo: reduzir litígios tributários. Produto: serão produzidas propostas de transação tributária visando encerrar processos tributários atualmente em disputa pelos tribunais.	FIRJAN/Associação Comercial Do Rio De Janeiro/Sindicatos De Prestadores De Serviços	Apenas discentes do 4º período.	4	8
29	MÁRCIO GUIMARÃES, PETER SESTER, JULIANA DELFINO E VINÍCIUS SALOMÃO	BLOG DE SOCIETÁRIO, MERCADO DE CAPITAIS E INSOLVÊNCIA Problema: as matérias de direito empresarial e insolvência possuem ampla diversidade de temas relevantes e atuais e muitos nomes importantes no mercado jurídico. Diante disso, o Núcleo de Direito de Empresa e Arbitragem (NEAD) foi criado na Escola de Direito Rio da FGV. Nesse sentido, com o apoio do NEAD, propõe-se um field project para a criação e divulgação de conteúdo, direcionado à comunidade jurídica, através de um blog sobre direito empresarial e insolvência. Objetivo: aproximar discentes de temas atuais e relevantes de direito empresarial e insolvência através do desenvolvimento do blog. Produto: blog de direito empresarial e insolvência com contribuições de alunos, ex-alunos, professores e especialistas no tema.	Comunidade Jurídica Nacional.	Apenas discentes do 4º período.	4	8
30	PATRÍCIA SAMPAIO	REGULAÇÃO DO SANEAMENTO: A EXPERIÊNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Problema: como a Agenera está se preparando para atualização da regulação após aprovação do novo marco legal do saneamento básico (Lei 14.026/2020)? Objetivo: contribuir para o aprimoramento da regulação do saneamento básico no Estado do Rio de Janeiro.	AGENERA E TCE-RJ	Apenas discentes do 4º período.	4	8

		Produto: relatório contendo diagnóstico e sugestões de aprimoramento do marco normativo do saneamento básico no Estado do Rio de Janeiro.				
31	GIULIA CAMPELLO	O DIÁLOGO COMO FERRAMENTA RESTAURATIVA: POSSÍVEIS CAMINHOS PARA A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NA COMUNIDADE SANTA MARTA Problema: a desigualdade estrutural do país no campo do acesso à justiça, bem como a escalada de conflitos rotineiros pela ausência de diálogo. Objetivo: estimular o diálogo como ferramenta restaurativa de relações em comunidades cariocas. Produto: curso de capacitação, destinado aos responsáveis pelo projeto Toca dos Lobos, sobre ferramentas da mediação de conflitos.	Responsáveis pelo projeto Toca dos Lobos (escola de jiu-jitsu que atende 36 famílias no Santa Marta)	A partir do 4º período.	4	8
32	LUÍSA MONTEIRO CHALOUB	A CRISE DOS REFUGIADOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS NO RJ Problema: O problema a ser enfrentado consiste no desafio de olhar para os refugiados como sujeitos de direitos integrantes da comunidade ao mesmo tempo em que considerem as necessidades particulares destes que compõe um grupo tão plural. As questões a serem analisadas relacionam-se a abordagem de três pontos principais (i) Educação e Diplomas: a questão da revalidação; (ii) Utilização de serviços públicos: o (des)conhecimento dos direitos e suas consequências; e (iii) Integração sociocultural: obstáculos e perspectivas. objetivo: promover a conscientização sobre a crise dos refugiados e das consequências jurídicas, políticas e sociais no contexto, prover os alunos e atores relevantes externos com o arsenal legal básico para sua compreensão, analisar de forma pormenorizada pontos nodais sobre o tema, identificando áreas de aplicação prática dos assuntos tratados e demonstrando o problema para, por fim, propor hipóteses solucionadoras das questões analisadas de acordo com todo arcabouço teórico e prático envolvido. Produto: um documentário direcionado para a Defensoria Pública, OAB e demais atores interessados como ONGs que atuem neste campo. A proposta de divulgação do produto é que se realize por meio da organização um evento de lançamento deste documentário, no qual os próprios alunos irão explicar o trabalho realizado ao longo do semestre, apresentando a metodologia utilizada, principais casos estudados, as conclusões e aplicações práticas do projeto. O material ficará disponível para download gratuito para os atores interessados.	Defensoria Pública, OAB e demais atores interessados como ONGs que atuem neste campo	A partir do 4º período.	4	8